

# Entrelaçamentos entre Trabalho, Desemprego e Conjugalidades na Contemporaneidade

Giovanna Beatriz dos Santos<sup>1</sup>

Mário Lázaro Camargo<sup>2</sup>

Marianne Ramos Feijó<sup>3</sup>

## Resumo

*A presente pesquisa consiste no estudo de três aspectos da vida humana e suas relações: trabalho, desemprego e as conjugalidades. O trabalho faz parte da vida e é dotado de sentido, posto que as tarefas ou papéis por meio dele vivenciados possuem significados que participam do processo de construção da identidade humana, sendo o ambiente laboral importante espaço de socialização. Já o desemprego, é definido como a ausência do trabalho remunerado, do contrato de trabalho com uma organização ou instituição, situação que impacta na condição econômica, social e, conseqüentemente, na dimensão subjetiva do indivíduo, com forte tendência à sua vulnerabilização. O terceiro aspecto que se pretende estudar são as conjugalidades. A conjugalidade é definida como a vivência de um projeto de vida em comum e recebe influência de aspectos culturais, econômicos, políticos e históricos, sendo que está interconectada a outras dimensões da vida dos sujeitos (afetividade, sexualidade, saúde, educação etc.). A pesquisa foi realizada por meio de delineamento qualitativo, lançando mão do método bibliográfico, o que permitiu o aprofundamento da relação entre os três aspectos: trabalho, desemprego e conjugalidades; possibilitando a construção das reflexões que culminaram com as considerações sobre a interdependência dos mesmos e a importância de tê-los em equilíbrio, apesar do contexto atual se apresentar como desafiador, em especial pelos altos índices de desemprego e o fenômeno da precarização do trabalho, além dos novos modelos relacionais e conjugalidades delineados pelo hiper individualismo.*

**Palavras-chave:** conjugalidades; trabalho; desemprego

## ***Interweaving Between Work, Unemployment and Conjugalities in Contemporary Times***

## **Abstract**

*This research consists of studying three aspects of human life and their relationships: work, unemployment and conjugality. Work is part of life and is endowed with meaning, since the tasks or roles experienced through it have meanings that participate in the process of building human identity,*

---

<sup>1</sup> Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Faculdade de Ciências da Unesp, Bauru-SP.

<sup>2</sup> Psicólogo, docente no Curso de Graduação em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Faculdade de Ciências da Unesp, Bauru-SP.

<sup>3</sup> Psicóloga, docente no Curso de Graduação em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Faculdade de Ciências da Unesp, Bauru-SP.

*with the work environment being an important space for socialization. Unemployment, on the other hand, is defined as the absence of paid work, the employment contract with an organization or institution, a situation that impacts on the economic, social condition and, consequently, on the subjective dimension of the individual, with a strong tendency to make them vulnerable. The third aspect to be studied is conjugality. Conjugality is defined as the experience of a common life project and is influenced by cultural, economic, political and historical aspects, and is interconnected with other dimensions of the subjects' lives (affectivity, sexuality, health, education, etc.). The research was carried out using a qualitative design, using the bibliographic method, which allowed the deepening of the relationship between the three aspects: work, unemployment and conjugality; enabling the construction of reflections that culminated in considerations about their interdependence and the importance of having them in balance, despite the current context presenting itself as challenging, especially due to the high unemployment rates and the phenomenon of precarious work, in addition to of the new relational and conjugal models outlined by hyper individualism.*

**Keywords:** *conjugalities; work; unemployment*

## **Introdução**

A presente pesquisa trata de três aspectos essenciais da vida humana e a relação entre eles, a saber: o trabalho, o desemprego e a vivência da conjugalidade. Quando nos referirmos ao trabalho, este foi discutido conforme seu significado para a sociedade ocidental, ou seja, um importante meio de realização, socialização, desenvolvimento e de acesso a bens e direitos. Tendo isto em vista, trataremos aqui, primeiramente, do trabalho enquanto um fator de proteção para o indivíduo, e não como fator gerador de vulnerabilidade, como quando é realizado em condições precárias e de forma agressiva à saúde física e mental (Blanch, 2003). Noutras palavras, abordaremos aqui o aspecto mais positivo do trabalho, ou seja, como fator promotor de desenvolvimento para o trabalhador e para a sociedade.

O trabalho consiste em uma atividade útil do ponto de vista social. Para que seja exercido, carece de conhecimentos, competências e técnicas específicas. É uma dimensão da vida humana que mobiliza subjetivamente os indivíduos, de forma que ele produza algo em prol de sua comunidade e, ao mesmo tempo, produza algo para si, transformando-se (Aerosa, 2019).

Considerando a grande importância do trabalho na sociedade ocidental e seu significado positivo, sua capacidade de gerar autorrealização e de dar sentido à vida (Fidelis & Mendonça, 2021), importa postular que, quando o sujeito perde seu trabalho, sente que está perdendo algo que se relaciona intimamente à sua identidade, independência e autonomia (Sennett, 2005).

Podendo o trabalho ser um fator de proteção à vida das pessoas (Sapienza & Pedromônico, 2005), o desemprego – no sentido de perda do trabalho sob a forma de emprego – é, pois, uma condição geradora de vulnerabilidade, inclusive de transtornos mentais, podendo gerar fragilidade nos vínculos interpessoais (Maldelbaum & Ribeiro, 2017).

Posto que o trabalho e o desemprego são atravessamentos na e para a identidade e no senso de realização das pessoas, propõe-se discutir possíveis entrelaçamentos destes aspectos nas vivências de conjugalidades. O uso da palavra “conjugalidades”, assim, no plural, deve-se à intenção de escapar à histórica tendência de se referir ao tema a partir do paradigma hegemônico da heterossexualidade. Assim, o conceito de “conjugalidades” a ser desenvolvido tratará do próprio fenômeno, independentemente de se referir a casais homossexuais, heterossexuais ou outras configurações relacionais possíveis.

A união de casais ocorre por um planejamento de uma vida em comum (Walsh, 2016), um compromisso ético no qual a construção da vida conjunta deve deixar espaço não somente para o crescimento conjunto, mas também para a construção individual de cada parceiro (Almeida & Romagnoli, 2019). No laço afetivo do “nós” no relacionamento conjugal, existem muitos atravessamentos. Alguns desses atravessamentos consistem em mudanças de paradigmas que se deram através do tempo e da transição dos valores culturais, em grande medida influenciados pela emancipação das mulheres, sua entrada no mercado de trabalho, a diminuição das assimetrias de gênero (Alves-Silva et al., 2016), a aceitação do casamento *gay* e diversas outras configurações amorosas e conjugais que passaram a compor a diversidade da vida humana (Rodrigues & Boeckel, 2016).

Vale aqui lembrar que gênero é definido por Diniz e Féres-Carneiro (2012) como “código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres” (p. 102), incluindo padrões e expectativas com relações aos papéis desempenhados por cada sexo. A desigualdade de gênero no ambiente de trabalho é um fator de risco para a saúde do trabalhador, compreensão fundamental para se estudar a interação trabalho-família (Feijó, 2020).

Os aspectos trabalho, desemprego e conjugalidades, a serem discutidos de forma mais aprofundada nos tópicos posteriores, recebem a influência dos contextos macrosociais vigentes em cada época. Além das mudanças de paradigma citadas no parágrafo anterior, principalmente a entrada da mulher no mercado de trabalho, os contextos econômico e político vigentes no país influenciam fortemente as configurações do mundo do trabalho e este, por sua vez, na vida das pessoas, comunidades, famílias, casais.

A consolidação do capitalismo (Goulart, 2002), a estética do consumo, a lógica hiperindividualista que segue o trabalho e as relações humanas (Nardi, 2010), o amor líquido (Bauman, 2004), dentre outras transformações importantes para a compreensão da relação aqui tomada como objeto de reflexão, serão melhor desenvolvidas nas discussões a seguir.

## Método

A pesquisa se deu a partir de um delineamento qualitativo. Na pesquisa em Psicologia, a abordagem qualitativa nos permite compreender as dimensões e aspectos que permeiam a contemporaneidade e os contextos de sua inserção. Dessa forma, a pesquisa qualitativa se apresenta enquanto estratégia para que se possa propor caminhos, que sejam coerentes com as demandas

sociais contemporâneas (Baptista & Campos, 2016), o que nos parece ser congruente ao escopo da pesquisa ora apresentada.

O presente artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de um referencial já publicado, principalmente livros e artigos científicos. Esse tipo de pesquisa permite incluir ao estudo uma ampla gama de conhecimentos sobre os fenômenos, enriquecendo a leitura e compreensão sobre os mesmos (Gil, 1999), possibilitando interpretar e avaliar outros estudos que sejam relevantes e sintetizar os resultados estabelecendo relações, aprofundando e construindo conhecimentos (Baptista & Campos, 2016). Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico de abrangência nacional e internacional em livros e artigos presentes em bases como Scielo, BVSPsi, LILACS, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Spell, e outras, objetivando reunir conteúdos sobre o “mundo do trabalho”, “desemprego” e “conjugalidades” de forma a estabelecer as relações que entre os mesmos existem, em especial, no sentido de se influenciarem mutuamente.

## **Resultados e Discussões**

### **Trabalho e Emprego**

Como pontuado introdutoriamente, o trabalho foi aqui abordado como fator de proteção para a vida das pessoas, ou seja, em seu aspecto mais positivo. Esta estratégia textual não implica, portanto, na desconsideração, por parte dos autores, de que a relação “ser humano X trabalho” pode ser permeada por experiências de frustração, sofrimento e adoecimento.

O conceito de trabalho é composto por diversas controvérsias, pois abarca diferentes pontos de vista e é um conceito multifacetado que contém um papel essencial na construção da identidade do sujeito humano, tanto individual como socialmente. Quando trabalha, o sujeito não é passivo, e sim ativo, tanto em sua existência individual quanto coletiva, pois produz algo que incorpora valor através de suas competências, que é o que define o ato de trabalhar. Por essa razão, é que o trabalho é um fator de proteção, posto que possui um impacto para a saúde e que fortalece e constrói a identidade do sujeito (Aerosa, 2019). Trabalho, segundo Mandelbaum e Ribeiro (2017, p. 9), “é uma atividade humana concebida como produtora de riqueza, criadora do mundo e da cultura, povoadora do imaginário sobre si e sobre os outros e estimuladora da convivência social”. Por essas e outras razões discutidas aqui é que o trabalho traz sentido à vida. Por meio do trabalho objetivos podem ser alcançados e a autorrealização ampliada (Fidelis & Mendonça, 2021).

O trabalho permite que os seres humanos possam transformar a realidade a sua volta e, simultaneamente, serem transformados por ele, de acordo com suas necessidades, em um processo de interação e constituição mútua (Neves et al., 2018). Um dos fatores implicados nessa possibilidade de construir-se através do trabalho é a socialização. Cada fazer, no trabalho, possui uma representação social para aquela comunidade, algo que reflete algum nível de reconhecimento e gera uma certa sensação de pertencimento àquele grupo ou organização, pois ali executa-se um trabalho importante para a manutenção da sociedade (Neves et al., 2018). Vivido dessa forma, o trabalho pode ser libertador e emancipatório (Antunes, 2000).

O trabalho pode acontecer e se materializar de diversas formas. Uma dessas formas é o emprego, que é uma categoria de trabalho institucionalizado, normalmente estabelecida por meio de contrato, regrada e remunerada conforme suas regras e/ou, eventualmente, leis trabalhistas existentes. O trabalho constitui uma ocupação relevante para a construção subjetiva e social dos sujeitos, sendo que o emprego não é a única forma de trabalho, ou de se inserir no mundo do trabalho, visto que existem outros trabalhos que não prescindem do vínculo empregatício enquanto assalariado, como por exemplo ter um próprio negócio (Maldelbaum & Ribeiro, 2017).

Diferente do trabalho, o emprego pressupõe uma forma específica de atividade na qual ocorre remuneração e regulação por meio de um acordo jurídico contratual (Borges & Yamamoto, 2014). O emprego pode trazer o senso de independência e identidade ao indivíduo e o medo de ser destituído deste (Neves et al., 2018). O emprego, em condições de estabilidade, pode permitir que o sujeito se sinta autor de sua própria trajetória, através das conquistas que são resultantes de sua relação com o trabalho (Sennett, 2005). O trabalho, independentemente de ser remunerado, se tratando ou não uma atividade criativa, se origina em sua historicidade e de acordo com a cultura vigente no momento, ou seja, cada época carrega consigo um conjunto de valores, princípios e filosofias de vida que são capazes de mudar a forma como se enxerga a atividade de trabalhar (Neves et al., 2018). Por exemplo, no Brasil, o trabalho, especialmente em forma de emprego, passa a ser legitimado como aspecto central na vida do cidadão brasileiro após a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que ocorreu na Era Vargas, entre 1930 e 1945. Dá-se início, neste período, à regularização da cidadania, já que a partir deste momento o trabalhador passa a ter “carteira de trabalho” e direitos, símbolos da agregação de valor ao trabalho, agora reconhecido e regulamentado pelo Estado e, consequentemente, por ele próprio (Nardi, 2010).

Um grande exemplo da importância do trabalho é o seu papel na história da emancipação das mulheres, grande marco nas mudanças paradigmáticas do último século. A desigualdade ocorreu e ocorre para as mulheres em função de questões econômicas e questões sociais que as ligavam aos homens, nas quais se tinha que aceitar os valores masculinos como hegemônicos. Parar de ser conivente com essa situação de obediência foi um grande desafio para as mulheres (Beauvoir, 2016). O trabalho era uma dimensão de direito apenas dos homens. O homem tinha um trabalho ativo (funções ligadas à produção econômica e social) e a mulher um trabalho reprodutivo (ligado às funções de cuidado), que não era reconhecido como um trabalho e sim como uma obrigação, algo próprio de sua feminilidade, o que reduzia as mulheres e as colocava em posição inferior, submissa, já que o trabalho reprodutivo era desvalorizado socialmente por não participar diretamente do processo de maximização do lucro em um nível político e capitalista. O homem era detentor da autoridade, o que gerava sexismo e opressão feminina (Costa, 2004; Carboni, 2009; Silva & Branchette, 2017).

As mulheres só começaram a mudar suas histórias quando seu trabalho passou a ser explorado pela sociedade capitalista, no início da era industrial. Após a Segunda Guerra Mundial, as mulheres que antes ficavam em suas casas e dependiam de seus maridos, nesse momento passaram a sair para trabalhar, muitas com seus esposos mutilados, como veteranos de guerra, e outras viúvas; com isso, se tornaram a fonte de renda do lar, porém a mão-de-obra feminina ainda era mais barata em comparação ao valor da mão-de-obra masculina. As mulheres, nos anos 50, continuavam sem vínculos

empregatícios e com foco em trabalhos domésticos. O trabalho das mulheres entrou na economia de forma exploratória (mão-de-obra barata e desprovida de direitos), mas apesar disso, passou a ocupar a lacuna deixada pelos homens no pós-guerra, o que permitiu que elas se apropriassem de ambientes novos e participassem da economia; fatos estes ocorridos em paralelo aos primeiros e crescentes movimentos sociais em prol dos direitos dos trabalhadores e da maior igualdade entre homens e mulheres. Os movimentos em defesa da equidade, que incluíam o acesso aos direitos foram ampliados e nos anos 2000 tiveram papel essencial nas gradativas conquistas sociais das mulheres, como a diminuição da assimetria de gênero e a ocupação de cargos de liderança (Carboni, 2009).

Pontuada a importância do trabalho e do emprego para a identidade e independência do indivíduo, no sentido de ampliar seu senso de inclusão social, importa refletir sobre o significado de seu extremo oposto, ou seja, a falta do trabalho e o desemprego, posto que ser desligado, demitido, impedido de trabalhar, pode impactar negativamente o sujeito humano (Neves et al., 2018), tanto homens como mulheres.

### **O Fenômeno do Desemprego e seus Impactos para a Sociedade, Indivíduos e Famílias**

Considerando o valor e a centralidade do trabalho para a vida do ser humano na atualidade, a sensação de perder o controle de sua própria vida pode ser experimentada por aqueles que perdem seus empregos (Sennett, 2005), posto que os perdendo, o sujeito encontra-se em maior vulnerabilidade social, marcada pela ausência de renda e potencial de participação em contextos sociais para os quais o dinheiro é condição para acesso.

Em uma lógica normativa-institucional, desemprego pode se definir enquanto um fenômeno estrutural da economia, segundo Maldelbaum e Ribeiro (2017). Desemprego seria, nessa perspectiva, uma privação do emprego, interrompendo a relação do indivíduo com trabalho, de forma temporária ou definitiva, a depender do contexto e, nele, a relação existente entre oferta e procura. O desemprego, quando olhado por uma perspectiva biográfica-subjetiva, é uma condição que gera invisibilidade social, já que é uma representação social e uma identidade sobre o desempregado, com a ideia de que estando nessa condição involuntária de ausência de trabalho, fica impedido de – ou pelo menos muito limitado para – agir sobre o mundo, participar da sociedade como produtor de bens ou serviços, ou ainda, como consumidor dos mesmos.

O desemprego é uma situação vivida pelo sujeito que, no momento, encontra-se sem emprego de forma não intencional, encarado como um momento temporário para os trabalhadores empregados, que provavelmente foi gerado por uma disfunção pontual no mercado ou na organização de trabalho. Hoje, estar desempregado pode ser interpretado como um problema individual, trazendo possivelmente um sentimento de culpa e vergonha, não levando-se em conta que é um problema mais amplo e complexo, ou seja, também político, social e econômico (Maldelbaum & Ribeiro, 2017).

O desemprego gera vulnerabilidade psicossocial, já que delimita os espaços de intersubjetividade das pessoas, reduzindo a oportunidade de estabelecer vínculos e participar de redes sociais (não virtuais), o que pode culminar em um sentimento de solidão. Assim, os vínculos interpessoais do sujeito, nesse período, podem ganhar certa fragilidade e pode haver também um conflito identitário. A privação do trabalho pode gerar, portanto, isolamento social, adoecimento físico e mental (Maldelbaum &

Ribeiro, 2017), além do que, se dura um tempo significativamente grande, pode gerar danos à empregabilidade, consequências da desatualização de conhecimento, de habilidades e competências ao sujeito desempregado, dificultando seu retorno ao mercado de trabalho, extremamente exigente e competitivo na atualidade (Helal & Rocha, 2011).

Existem vários fatores que podem vir a ser explicações do desemprego, tais como a revolução tecnológica, saturação no mercado formal, questões políticas, como a carência de ações do governo, desqualificação, razões de ordem econômica, ou ainda, razões pessoais do sujeito (Maldelbaum & Ribeiro, 2017).

Anteriormente à promulgação da CLT, alguns acontecimentos foram decisivos, para fazermos um breve panorama do histórico do desemprego no Brasil, situados entre 1930 e 1980: expansão produtiva, maior urbanização por conta da industrialização e, conseqüentemente, a estruturação do mercado nacional e do emprego assalariado. Isso possibilitou que a classe trabalhadora de empregos formais se expandisse e criou condições para direitos sociais e trabalhistas. Nesse período, a taxa de desemprego era baixa (variação média de 0,5%), aumentando nas décadas de 80 e 90 como resultado de crise impulsionada pela dívida externa. Tal aumento levou ao implante do seguro-desemprego em 1986. Caminhando para os anos 90, houve maior inflação, desigualdade social e aumento do desemprego novamente. Nesse período, há adoção de políticas neoliberais pelo país e a implementação de um programa de ajuste econômico, fazendo aumentar bastante o desemprego. Da década de 80 a 2000, a taxa de variação anual se situava em 11%, podendo se verificar uma linha de redução contínua até 2014, com a reversão das políticas de corte neoliberal, com a evolução da renda por habitante (anos 2000), ampliação (anos 2000) do gasto social do Produto Interno Bruto (PIB), que gerou renda e emprego e, conseqüentemente, uma queda na taxa de desemprego de 3,2%, mesmo com a crise global de 2008. A partir de 2014, porém, a taxa volta a subir por conta da adoção de políticas de ajuste econômico. Em 2016, o desemprego continua crescente devido à recessão da economia nacional (Pochmann, 2016). A pandemia por COVID-19 em 2020 impactou 81% dos trabalhadores em nível mundial. A crise sanitária, os altos impactos financeiros e o aumento da taxa de trabalho informal (que repousava em 40,8% em 2017), junto com a precarização do trabalho, foram efeitos da pandemia. A estimativa atual (4º trimestre de 2022) é de que 7,9% da população brasileira esteja em condição de desemprego, o que corresponde a 8,6 milhões de brasileiros (IBGE, 2023).

Com o intenso histórico de desemprego no Brasil, é importante destacar, ainda, o termo “desalentado” que, por definição, significa perder o alento, desanimar-se. O desalentado é aquele sujeito que desistiu de procurar emprego por alguma razão, por exemplo, por acreditar que não se encaixa em uma idade adequada, ser jovem ou idoso demais, ou pela crença de que não conseguiria emprego nas atuais circunstâncias econômicas. A condição de desalentado significa ainda, para uma parte dos trabalhadores desempregados, já não ter condições financeiras para participar de processos seletivos, posto que nem o dinheiro para o deslocamento urbano possuem. A estatística de desalentados reflete o cenário econômico e político do país, no qual a obtenção de empregos pode se apresentar com baixa probabilidade (Lucena, 2019; Ericson, 2020). O número de desalentados, ao final de 2022, chegou a 4 milhões de pessoas, segundo o IBGE (IBGE, 2023).

## As Conjugalidades

Para os autores Almeida e Romagnoli (2019, p. 8), “a conjugalidade se traduz como uma aliança fundada num compromisso ético que sustentará um projeto de vida comum compartilhado”. Esse tipo de relação é um espaço intersubjetivo e, por isso, é necessário que haja empatia e o assumir de certa responsabilidade de abertura perante o outro, sem que seja uma imposição, mas resultado de uma escolha livre e autêntica.

Viver em conjugalidade significa também trazer todos os padrões interacionais obtidos em relações anteriores e construir um novo padrão, ou seja, um funcionamento próprio daquele casal que é um entrelaçamento de suas bagagens interacionais (Alves-Silva et al., 2016).

Almeida e Romagnoli (2019) constroem um conceito de conjugalidade a partir da noção de comunidade. Para eles, a vida conjugal é uma dimensão comunitária por ser uma vivência conjunta e compartilhada, uma responsabilidade recíproca. Nessa perspectiva, a conjugalidade seria um projeto de vida em comum que prescinde de uma abertura do outro enquanto um movimento de amor, bem como um conjunto de vivências do “nós” que não exclui a identidade pessoal, o que significa dizer que o “nós” conserva também as vivências pessoais de cada cônjuge. Dessa forma, o vínculo conjugal é favorecido quando há espaço para certa continuidade no processo de autodesenvolvimento de cada parceiro. Para que isso aconteça, segundo os autores, é importante que o casal deseje o bem-estar um do outro, aceitando-o em sua singularidade e acolhendo-o, fazendo com que haja o sentimento de pertencimento de ambos àquele conjunto. A presença do amor nessa abertura é importante, pois na construção do “nós”, o outro deve ser valorizado enquanto sujeito singular, necessitando para isso a alteridade.

Nesse sentido, quando se fala em conjugalidade enquanto comunidade, a relação amorosa pode levar ambos os parceiros à autonomia se dentro dessa relação houver espaço para o desenvolvimento da identidade pessoal. Assim, a conjugalidade é tratada como ética, na responsabilidade de não minar a singularidade do outro, com a presença constante de autoavaliações e negociações. A presença do amor, da atração sexual e o respeito à individualidade e autonomia são elementos importantes para o relacionamento conjugal (Almeida & Romagnoli, 2019).

Pode-se destacar, ainda, do estudo de Almeida e Romagnoli (2019), que a comunidade é um espaço para a autoconfiguração, por isso, a conjugalidade, para além de características próprias do casal, pode ter se espelhado na conjugalidade exercida pelos pais e familiares. Há, portanto, padrões socioculturais envolvidos na forma de se viver a conjugalidade, tanto na forma como vivem a própria relação, como no comportamento financeiro (Gonçalves et al., 2018).

Tais definições e apontamentos acerca da conjugalidade são influenciadas pela visão que se tem desta atualmente, afinal, a conjugalidade é um conceito social, que pode se modificar de acordo com a cultura e contexto, bem como em função de mudanças sociais (Cenci et al., 2018). Baseado neste fato, destaca-se que, hoje, a finalidade da vida em casal não mais se situa na manutenção do núcleo familiar, mas sim na busca pela satisfação afetiva, amorosa e sexual (Borges et al., 2014).

Diversas mudanças paradigmáticas ocorreram para que as conjugalidades fossem vividas da forma atual, na qual o afeto e o amor são elementos quase sempre presentes. Uma dessas mudanças foi a emancipação das mulheres e sua entrada no mercado de trabalho (Alves-Silva et al., 2016).



A forma de se vivenciar relações amorosas atualmente, é atravessada pelo amor líquido, explicado por Bauman (2004). O autor cria o termo “amor líquido” para se referir à flexibilidade e fragilidade como características primordiais dos relacionamentos contemporâneos. Interpreta-se que líquido é o termo usado por ele, justamente por conta das propriedades flexíveis desse estado de matéria. Nas relações baseadas na cultura de consumo, capitalismo e individualismo existe velocidade e aceleração, com finalidade de satisfazer desejos de forma rápida, sem precisar esperar. Imediatismo e disponibilidade instantânea são características que também se transferem aos relacionamentos amorosos: as “relações de bolso”.

Ainda com a vivência do amor líquido, existe a influência do amor romântico, que se refere “à criação de um ideal amoroso que valoriza os desejos, afetos, sonhos e a singularidade, com uma tentativa de retirar a influência de normas externas ao par amoroso” (Viera & Stengel, 2021, p. 150). A coexistência do amor idealizado, do amor romântico, com o amor líquido na época atual, gera dois produtos conflitantes nos relacionamentos contemporâneos: a anseio pela liberdade acompanhada por uma grande insegurança. O projeto de vida, hoje, torna-se responsabilidade individual de cada sujeito, cada um podendo escolher em quê e em quem investir (Vieira & Stengel, 2021).

Outras mudanças observadas na conjugalidade em termos de aspectos histórico-sociais envolvem uma pluralidade de modelos de conjugalidades, destacando a não mais obrigatoriedade de formalizar uma união, bem como a facilidade de se conduzir um processo de divórcio. Além disso, hoje a escolha dos parceiros é permitida, podendo ser feita através de critérios de afeto e compatibilidade (Magalhães & Féres-Carneiro, 2003). O fato de o casamento ter perdido o caráter compulsório e ganhando o caráter optativo muito alterou o cenário dos relacionamentos. Pôde-se observar, por exemplo, uma queda na taxa de nupcialidade e o adiamento do nascimento do primeiro filho, bem como a questão da coabitação e aumento das uniões estáveis (Alves-Silva et al., 2016).

A respeito da pluralidade de relações citada acima, faz-se necessário fazer um breve panorama sobre a história do casamento homossexual no Brasil. A homossexualidade e várias expressões da sexualidade já eram notadas desde a colonização. Já nas primeiras populações estava presente o caráter natural dessas expressões para a espécie humana, porém, sempre foi muito reprimido pelas instituições religiosas, que traziam valores europeus. O dominador europeu taxou o indígena de selvagem e anormal, criando uma identidade negativa para a expressão das sexualidades. Com a catequização dos índios e a inquisição católica nos séculos XVIII-XIX, aumenta-se essa atmosfera de repressão. No Brasil Colônia, a homossexualidade era considerada crime. Com o fim do império e início da república, o campo dos direitos civis e das minorias ganharam mais visibilidade, porém as minorias ainda eram marginalizadas. O país republicano nasceu com o peso do preconceito e a era da ditadura reforça essa questão, pois Vargas proibiu a liberdade de expressão por parte da comunidade LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e outros), por semelhança ao fascismo europeu. A cultura de estrangeiros também influenciou o Brasil nesse momento, principalmente com a perseguição das minorias pelo nazismo (Belin & Neumann, 2020).

Durante a ditadura militar surgiram os primeiros protestos ligados à luta pelos direitos homossexuais que repercutiram no mundo todo, bem como a união dos grupos das minorias sexuais e aparição pública como tais, inclusive grupos gays. Como resultado dessa movimentação social, a OMS

– Organização Mundial da Saúde, retira o termo “homossexualismo” de sua lista de doenças, já que anteriormente tais minorias sexuais eram patologizadas pela ciência e demonizadas pela religião. Essa patologização não acaba por aí, pois com a eclosão da AIDS na década de 80, a orientação homossexual foi muito associada a tal doença. Filmes, músicas e demais formas de arte passam a se posicionar sobre o fenômeno da AIDS e abordar opiniões em prol do movimento *gay*. A vinda da epidemia da AIDS levou a diversas discussões sobre acesso à saúde integral. No século XXI, a comunidade LGBTQIA+ começou a levantar muitas bandeiras em prol da descriminalização da homossexualidade e a despatologização das identidades trans, bem como o fim da cura *gay*, o casamento *gay* (permitido em 2013) e a permissão de adoção de crianças por casais homossexuais (permitido em 2015). Para conseguir essas vitórias, ativistas dos direitos da comunidade recorreram ao judiciário e muito lutaram publicamente (Belin & Neumann, 2020).

### **A Relação Trabalho-desemprego e Conjugalidades**

Viver em conjugalidade envolve diversos combinados práticos e também valores e princípios de ordem psíquica. No dia a dia, inclui-se a divisão de tarefas domésticas, administração da casa, gerenciamento financeiro e divisão de custos, cuidado e educação dos filhos etc. Além disso, cada membro do casal terá uma visão da vida e uma percepção acerca do que considera uma boa relação conjugal, bem como a percepção de cada um sobre a importância do trabalho e qual o tempo e o esforço despendido pelos sujeitos para cada área da vida. Essa configuração depende das dimensões subjetivas dos envolvidos e o papel do trabalho na vida desse casal, algo que exerce importante influência na satisfação conjugal (Perlin, 2006).

É importante discutir a gestão do orçamento doméstico adotada pelo casal, tema que envolve os três fenômenos estudados aqui: as vivências de conjugalidades, o trabalho e o desemprego. A condição financeira e a qualidade de vida de um casal são influenciadas por fatores macro e microsociais, como as expectativas de gênero de cada cônjuge, dos seus grupos de pertencimento e da sociedade em geral. As relações que cada um construiu e o desenvolvimento pessoal, familiar, social e histórico de ambos é determinante para a atribuição de significados ao dinheiro. Mudanças no cenário econômico geral podem dificultar a gestão financeira de um casal e o equilíbrio entre trabalho e família nesse sentido. A satisfação conjugal pode diminuir caso o casal seja exposto a frustrações financeiras e impossibilidades nesse campo. A estabilidade financeira conjugal é, portanto, um fator importante para o alcance da satisfação conjugal (Gonçalves et al., 2018).

Alguns dos fatores envolvidos em um planejamento de vida em comum, definição usada por Walsh (2016) para conjugalidade, giram em torno da divisão de tarefas entre o casal e o orçamento doméstico. Esses fatores dependem muito da relação de cada um deles com o trabalho, ou seja, quanto tempo e dedicação direcionam ao trabalho e quais as condições de trabalho às quais estão submetidos. Aponta-se que a satisfação com o casamento está associada com a satisfação no trabalho. Dificilmente consegue-se estudar os dois fenômenos em separado, já que se afetam mutuamente (Vanalli, 2012). O próprio termo conflito trabalho-família diz respeito à sobreposição de papéis desempenhados no ambiente familiar (mãe, pai, cônjuge etc.) e no trabalho. As mudanças no mercado de trabalho, as condições de acesso a bens e serviços, a idade, a relação com a parentalidade e outros múltiplos

fatores são determinantes para a relação trabalho-família, mas pode-se afirmar que se uma das dimensões se encontra em crise, afetará a outra e vice e versa, posto sua relação de interdependência (Feijó, 2020).

Foi visto que o trabalho faz parte da autopercepção das pessoas, bem como parte da construção da identidade de cada um, podendo proporcionar autonomia, reconhecimento e inclusão social, além de aumentar o prazer para a vida (Fidelis & Mendolça, 2021). Esses fatores também atravessam as conjugalidades, afinal, dentro delas é importante se sentir autônomo e reconhecido, bem como respeitado em sua identidade. Se o sujeito se encontra desempregado, pode ter sua autoestima e identidade impactadas negativamente, bem como seu sentimento de independência e segurança, ficar estressado e carregar angústias advindos desse conflito. Essas consequências do desemprego podem influenciar negativamente a vivência das conjugalidades, pois são subjetividades envolvidas nas relações sociais do indivíduo (Neves et al., 2018).

Como foi colocado, as conjugalidades também são comunidades (Almeida & Romagnoli, 2019), e se o funcionamento de suas partes está enfrentando conflitos (ou seja, se as individualidades ali inseridas estão com a autoestima comprometida e enfrentando angústias diante do desemprego ou do trabalho), o bom funcionamento daquele conjunto poderá ser prejudicado. Uma vida dotada de sentido fora do trabalho é compatível com uma vida dotada de sentido no trabalho (Antunes, 2000), pois se a vida profissional está desconexa dos valores e desejos do sujeito, seja pelo mal andamento no trabalho ou por estar vivendo o desemprego, o sujeito pode levar essas consequências para sua vida social, impactando suas relações.

Nesse sentido, quando um dos membros de um casal se encontra privado do trabalho, ele pode repetir alguns sentimentos gerados pelo desemprego dentro da sua dinâmica conjugal, por exemplo, sentindo-se deslegitimado em suas funções sociais dentro daquela relação. O cônjuge que permanece empregado também pode experimentar uma pressão advinda da maior responsabilidade financeira, aumentam-se os conflitos e fatores de estresse, além de ser uma situação que gera ascensão nos números de divórcios e separações. Portanto, a vivência do desemprego impacta diretamente a satisfação conjugal (Mandelbaum & Ribeiro, 2017).

A satisfação conjugal está positivamente associada a habilidades sociais empáticas. Oferecer apoio, ouvir e validar os sentimentos do parceiro e expressar compreensão promovem o bem-estar conjugal. Em uma situação de desemprego, é essencial exercer a empatia. Porém, se o casal já possui o fator empatia em sua relação, em situações de desemprego podem ser mais ainda afetados pelas emoções negativas advindas do desemprego, causando impacto negativo, já que a transmissão do estresse de um parceiro para o outro ocorre por meio da empatia (Aguilar et al., 2018; Almeida & Romagnoli, 2019).

As dinâmicas de conjugalidades, trabalho e desemprego podem variar conforme a visão do casal sobre os papéis de gênero na sociedade. Existem representações sociais que abarcam os papéis femininos e masculinos, e, se este casal for heterossexual e compartilhar de uma visão mais tradicional e mais assimétrica dos papéis de gênero, o desemprego pode ter um efeito mais ansioso no homem, por conta de crenças irracionais sobre a competência masculina na sociedade, que prega um papel social de provedor e ativo para o homem (Lipp, 2005). Já na divisão das tarefas, a mulher pode ficar

sobrecarregada, já que possui uma representação social de responsável pelas funções de cuidado (Aguiar et al., 2018). Nesse caso, a equidade de gênero tende a ser fator favorecedor da satisfação conjugal (Figuroa & Reveco, 2020). Considera-se também as novas configurações de conjugalidades e as mudanças de paradigmas da contemporaneidade, diversidades nas quais pode ser possível quebrar essas estereotípias e pensar em relações mais igualitárias em relação a papéis e responsabilidades.

### **Considerações Finais**

O presente estudo buscou abarcar os entrelaçamentos entre o trabalho, o desemprego e as conjugalidades. Tais dimensões se influenciam mutuamente, pois constantemente o indivíduo escolhe o quanto de sua vida quer dedicar a cada uma dessas facetas, que dividem espaço na vida das pessoas. Não é possível fragmentar a subjetividade do ser humano, pois somos multiconstituídos e, por assim ser, somos continuamente influenciados por, dentre outras dimensões, o trabalho, o desemprego (ou seu risco constante) e nossas conjugalidades.

No momento histórico atual, especialmente no mundo ocidental, o trabalho é uma dimensão muito importante para a construção do sujeito, proporcionando a ele algo individual e pessoal, algo que é responsável por sua autenticidade, autonomia e identidade, características que influenciam também na vivência de todas as relações interpessoais, inclusive nas conjugalidades. Na visão de conjugalidade atual, dá-se importância para se ter espaço de crescimento pessoal, no qual se permite ter interesses individuais, e um desses interesses pode ser o trabalho, que além de um meio de subsistência, pode significar um espaço onde as pessoas podem colocar em ação características de suas identidades e experimentarem autorrealização.

O papel que cada cônjuge exerce dentro dessa convivência sofre influência do trabalho, pois além de ser um espaço intersubjetivo e comunitário em que a autoestima e a autopercepção de cada um é importante, há questões financeiras envolvidas, bem como responsabilidades assumidas por cada um no par. Se o sujeito se vê destituído de seu emprego, as consequências pessoais (queda da autoestima, desvalorização de si mesmo, invisibilidade social, sensação de inutilidade) podem impactar de forma negativa nas vivências de conjugalidades, pois, sendo a conjugalidade um projeto de vida compartilhado, muitas pressões podem ser enfrentadas por ambos, e o integrante desempregado pode repetir seus sentimentos de inutilidade e desvalorização dentro da relação.

Esta pesquisa buscou apresentar uma visão mais complexa do entrelaçamento dos fenômenos trabalho, desemprego e conjugalidades, e, para isso, foi preciso considerar sobre qual contexto político, cultural, histórico e social estamos nos referindo. Estamos nos referindo a um momento histórico em que o capitalismo está consolidado e mudou a visão de mundo das pessoas. A mentalidade deixada pelo capitalismo contém certa brevidade, ou seja, busca-se o que for mais conveniente para o momento atual, sem a preocupação de obter produtos, serviços ou até mesmo relações duradouras e longas. De uma forma mais filosófica, com isso, está inclusa a vinda do individualismo, no qual passa-se a pensar mais em benefícios próprios do que coletivos. Sendo que a vivência de conjugalidades representa uma

esfera comunitária, os valores trazidos pelo capitalismo e a vivência de uma maior individualidade alteram a forma de se viver a relação conjugal, agora incluindo uma constante autoavaliação e negociação dos próprios desejos e dos desejos que são vividos em conjunto, em conjugalidade.

A diminuição da assimetria de gênero também é um contexto macrossocial que muito influencia qualquer uma das dimensões aqui estudadas, já que o trabalho foi grande ferramenta de emancipação feminina e mudou completamente o seu papel na relação conjugal, agora mais empoderada de direitos e espaço para posicionar-se, bem como fazer escolhas individuais.

Outro contexto macrossocial que atravessa a nossa discussão são as transformações culturais que permitiram a vinda da diversidade e novas configurações de relacionamento, tais como a permissão do casamento *gay*, pluralidades de identidades e orientações de gênero, novas configurações familiares etc., quebrando paradigmas sobre os tradicionais padrões familiares que seguem a heteronormatividade.

Ao realizar o presente trabalho, constatou-se uma lacuna deixada na literatura a respeito dos temas abordados, principalmente sobre os impactos psicológicos causados pelo desemprego e as repercussões destes no contexto conjugal. Não foi encontrado, da mesma forma, estudos que analisassem os objetos de estudo deste trabalho através do pensamento complexo, linha teórica que tem muito a contribuir na análise de tais fenômenos. Nota-se, portanto, uma escassez de interesse por parte dos pesquisadores na análise da articulação entre os aspectos subjetivos do desemprego e seus impactos na conjugalidade, o que pretendemos realizar em estudos futuros.

## Referências

- Aerosa, J. (2019). O mundo do trabalho em (re)análise: Um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho. *Laboeral*, 15(2), 1-25. <https://doi.org/10.4000/laboreal.15504>
- Aguiar, J., Matias, M., Barham, E. J., & Fontaine, A. M. (2018). Efeitos do desemprego sobre o casal: Uma revisão sistemática. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 11(1), 174-189. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019110201>
- Almeida, E., & Romagnoli, R. C. (2019). Conjugalidade: A Reading According to Edith Stein's Notion of Community. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35(e35429). <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35429>
- Alves-Silva, J. D., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2016). Conjugalidade e casamentos de longa duração na literatura científica. *Contextos Clínic.*, 9(1), 32-50. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2016.91.03>
- Antunes, R. (2000). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo.
- Baptista, M. N., & Campos, D. C. (2016). *Metodologias de pesquisa em ciências: Análises quantitativa e qualitativa* (2ª ed.). LTC.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Jorge Zahar.
- Beauvoir, S. (2016). *O segundo sexo: A experiência vivida* (3ª ed.). Nova Fronteira.

- Blanch, J. M. Trabajar en la modernidad industrial. (2003). In Blanch, J. M. (Ed.). *Teoría de las relaciones laborales: Fundamentos* (pp. 19-148). UOC.
- Borges, C. C., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2014). Liberdade e desejo de constituir família: Percepções de jovens adultos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(3), 89-103. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1809-52672014000300008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672014000300008)
- Borges, L. O., & Yamamoto, O. H. (2014). Mundo do trabalho: Construção histórica e desafios contemporâneos. In Zanelli, J. C., Bastos-Andrade, J. E., & Bastos, A. V. B. (Eds.). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil* (2ª ed.). Artmed.
- Belin, M. O., & Neumann, R. (2020). *História da homossexualidade no Brasil: Abusos, perseguições, repressões e o avanço do movimento LGBTQ+.* (2020). [Licenciatura em História]. Universidade do Sul de Santa Catarina. <https://www.riuni.unisul.br/handle/12345/12406>
- Carboni, M. A. (2009). *Evolução da mulher no mercado de trabalho* [Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Empresarial III]. Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).
- Cenci, C. M. B., Pauli, J. J., & Folle, P. D. (2018). Conjugalidade negociada: Elementos para compreensão do significado que casais atribuem ao dinheiro. *Actual. Psicol.*, 32(124), 76-91. <http://dx.doi.org/10.15517/ap.v32i124.28392>
- Costa, A. A., Oliveira, E. M., Lima, M. E. B., & Soares, V. (2004). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. CUT Brasil.
- Diniz, G. R. S., & Féres-Carneiro, T. (2012). Casamento e família: Uma reflexão sobre desafios da conjugalidade contemporânea. In T. C. Viana, G. R. S. Diniz, L. F. Costa, & V. Zanello (Eds.). *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea*. Brasília (pp. 430-447). Liber Livros.
- Ericson, S. (2020). "Desalentadas": Subjetivação em dizeres sobre as mulheres que desistiram de procurar trabalho. *Revista Katálisis*, 23(3), 707-719. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p707>
- Fidelis, A., & Mendonça, H. (2021). Well-being of unemployed people relations with work values and time of unemployment. *Estudos de Psicologia*, 38(e190014). <https://doi.org/10.1590/1982-0275202138e190014>
- Feijó, M. R. (2020). Conflito família-trabalho. In Schmidt, M. L. G. (Ed.). *Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: principais conceitos e terminologias*. (pp. 122-125). FiloCzar.
- Feijó, M. R. (2020). Gênero - Trabalho e Saúde. In Schmidt, M. L. G. (Ed.). *Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: principais conceitos e terminologias*. (pp. 219-222). FiloCzar.
- Figueiroa, A. J., & Reveco, A. H. (2020). Percepción de equidad de género y equilibrio trabajo-familia en trabajadores pertenecientes a empresas públicas y privadas de Chile. *Ciencias psicológicas*, 14(2). <https://doi.org/1022235/cp.v14i2.2201>
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5ª ed.). Atlas.
- Gonçalves, A. L., Caramaschi, S., & Feijó, M. R. (2018). Conjugalidade e gestão do orçamento doméstico: Um estudo qualitativo. *Pensando Famílias*, 22(1). <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v22n1/v22n1a04.pdf>
- Goulart, I. B. (2002). *Psicologia organizacional e do trabalho: Teoria, pesquisa e temas correlatos*. Casa do Psicólogo.

- Helal, D. H., & Rocha, M. (2011). O discurso da empregabilidade: O que pensam a academia e o mundo empresarial. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(1), 139-154. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000100009>
- Lipp, M. E. N., Pereira, M. B., & Sadir, M. A. (2005). Crenças irracionais como fontes internas de stress emocional. *Rev. bras. ter. cogn.*, 1(1), 29-34. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872005000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872005000100004&lng=pt&nrm=iso)
- Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2003). Conjugalidade e subjetividades contemporâneas: O parceiro como instrumento de legitimação do “eu”. In *Anais Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial* (p. 1-13). [http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial\\_rj/trabGeral.htm](http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial_rj/trabGeral.htm)
- Mandelbaum, B., & Ribeiro, M. (2017). *Desemprego: Uma abordagem psicossocial*. Blucher.
- Nardi, H. C. (2010). Ética e trabalho: Do código moral à reflexão ética no contexto das transformações contemporâneas. In Bitencourt, C. *Gestão contemporânea de pessoas: Novas práticas, conceitos tradicionais* (2ª ed.). Bookman.
- Neves, D. R., Nascimento, R. P., Felix Jr., M. S., Silva, F. A., & Andrade, R. O. B. (2018). Sentido e significado do trabalho: Uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. *Cad. EBAPE.BR*, 16(2). <https://doi.org/10.1590/1679-395159388>
- IBGE. (2023). *Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínua mensal*. Rio de Janeiro: IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=30789&t=series-historicas>
- Lucena, M. M. (2019). Desalentados: O avanço do desemprego oculto e os esforços do governo do Maranhão através dos programas Mais Emprego e Mais Empresas. In *Desenvolvimento Regional, Processos, Políticas e Transformações Territoriais, Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*. <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/19315>
- Perlin, G. D. B. (2006). *Casamentos contemporâneos: Um estudo sobre os impactos da interação família-trabalho na satisfação conjugal*. [Tese de Doutorado]. Universidade de Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9274>
- Pochmann, M. (2016). Política de ajuste econômico e desemprego no Brasil metropolitano nos últimos 35 anos. In Macambira, J.; Araújo, T. P.; & Lima, R. A. (Eds.). *Mercado de trabalho: Qualificação, emprego e políticas sociais* (pp. 11-16). IDT.
- Sapienza, G.; & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em estudo*, 10(2), 209-216. <https://www.scielo.br/j/pe/a/stYqQ6cvpzPJRdqFwRr8NtH/?lang=pt&format=pdf>
- Sennett, R. (2005). *A corrosão do caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Record.
- Silva, A. P., & Blanchette, T. G. (2017). Por amor, por dinheiro? Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão de obra feminina. *Cad. Pagu*, 50(e175019). <https://doi.org/10.1590/18094449201700500019>

- Vanalli, A. C. G. (2012). *The balancing of paid work, marital relationships and parenting involvements among men and women with young children*. [171 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de São Carlos. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/5975>
- Vieira, É. D., & Stengel, M. (2010). Os nós do individualismo e da conjugalidade na Pós-Modernidade. *Aletheia*, 32, 147-160. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942010000200012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000200012&lng=pt&nrm=iso)
- Walsh, F. (2016). Diversidade e complexidade nas famílias do século XXI. In Walsh, F. (Ed.). *Processos Normativos da Família: Diversidade e Complexidade*. Artmed.

### **Endereço para correspondência**

giovanna.beatriz@unesp.br  
mario.camargo@unesp.br  
marianne.r.feijo@unesp.br

Enviado em 22/03/2023

Aceito em 05/09/2023